



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Movimentos Sociais e lutas de classes – contextos nacional e internacional

**ESFORÇOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O GRUPO DE TRABALHO DA
SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030**

JOAO BOSCO HORA GOIS¹

FRANCISCO JOSÉ MENDES DUARTE²

RESUMO

Este trabalho analisa como a sociedade civil brasileira lida com a Agenda 2030 da ONU. Para isto, analisamos o “Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030” - uma organização envolvida com questões relacionadas a ela. Dados para a confecção deste trabalho foram obtidos de material impresso produzido pelo Grupo e entrevistas com alguns dos seus líderes.

Palavras-chave: Agenda 2030; sociedade civil brasileira; desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

This paper examines how the Brazilian civil society has been dealing with the challenges posed by the United Nations' Agenda 2030. To do so, we analyzed the “Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030” – an organization involved in the aforementioned Agenda. Sources for this paper included printed material from the “Grupo” and interviews with some of its leaders.

Keywords: Agenda 2030; Brazilian civil Society; sustainable development

1 - Introdução

Os chamados “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” (ODS) – cerne da chamada Agenda 2030³ - são constituídos por um conjunto de metas que buscam elevar a qualidade de

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

² Universidade Unigranrio Afya

³ A Agenda 2030 é a denominação dada ao pacto estabelecido por 193 países membros da Organização das Nações Unidas, que tem como objetivo central materializar direitos humanos e desenvolvimento sustentável para todos os povos até o ano de 2030.

vida para todos os povos e nações. Eles – que totalizam 17 - são frutos de inúmeros debates travados entre representantes diplomáticos, chefes de Estado e representantes da sociedade civil organizada, tendo a ONU como espaço privilegiado de interlocução. Tais Objetivos debruçam-se sobre tópicos os mais diversos, como a erradicação da pobreza, a igualdade de gênero, a educação de qualidade, a redução das desigualdades e o consumo e a produção sustentáveis.

A implementação dos ODS tem enfrentado em todo o mundo, particularmente no sul global, uma série de dificuldades. No Brasil, a situação não é muito diferente. Ao mesmo tempo, tais dificuldades têm sido combatidas por grupos progressistas da sociedade civil organizada. Neste trabalho examinamos como, no contexto brasileiro, um destes grupos tem atuado no sentido de minimizar os efeitos da (in)ação estatal deletéria no que diz respeito aos ODS.

A quadra histórica sobre a qual incide o nosso olhar engloba principalmente, mas não somente, o período que envolveu os mandatos presidenciais de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Em ambos se deu o uso de estratégias do chamado “desmonte ativo” (Bauer e Knill, 2012) das estruturas e recursos que poderiam subsidiar a consecução dos ODS. O “desmonte ativo”, no período em questão, esteve associado a diferentes variáveis como as opções ideológicas conservadoras relacionadas, por exemplo, às crenças no papel do Estado na provisão de bens e serviços sociais e ambientais; à gravíssima crise econômica, de proporções mundiais, que teve início em 2008 e com efeitos sentidos ainda hoje; à tomada das instituições estatais e multilaterais (notadamente as Nações Unidas) por grandes corporações cujos interesses particularistas não são capazes de responder às necessidades coletivas; o refluxo da participação da sociedade civil organizada na deliberação das soluções para os problemas sociais; a crescente adoção de um conceito restrito de desenvolvimento baseado na lógica do mercado; à despolitização de questões sociais como a pobreza e a desigualdade; e o recrudescimento do fascismo e do autoritarismo.

Esse cenário colocou e ainda coloca obstáculos de monta para que o Brasil cumpra seus compromissos na direção de materialização dos ODS. Foi em tal cenário que, por exemplo, se deu a aprovação da Emenda Constitucional 95, a qual congelou as despesas primárias do governo central por 20 anos, o que gerou significativos problemas para a materialização de políticas públicas, notadamente aquelas de caráter social. Isto teve um sério impacto em temas ligados aos ODS, a exemplo da igualdade de gênero, em geral, e do combate à violência contra a mulher, em particular, dado o corte orçamentário ocorridos nos últimos anos nos recursos destinados para políticas dessa área. Também neste mesmo cenário foi promulgada a última reforma da previdência, a qual dificultou o acesso e reduziu o valor de pensões e aposentadorias,

afetando principalmente as mulheres pobres. Associado à reforma da previdência foi aprovada uma reforma trabalhista que contribuiu para a acentuação da precarização das relações laborais e enfraqueceu os sindicatos.

É neste cenário que não está se dando a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em nosso país. Contudo, nem sempre foi dentro dessas balizas que se deu o debate nacional sobre a sua materialização. Inicialmente, as discussões sobre estes Objetivos estiveram sob os cuidados da Secretaria de Governo da Presidência da República, o que sugere que tal materialização assumiu algum grau de importância na agenda governamental federal. A criação da Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – composta por diferentes representantes do governo e da sociedade civil – atesta tal importância. Certamente mais relevante do que a comissão foi o esforço de compatibilizar os ODS com o Plano Plurianual – uma ferramenta orçamentária central de planejamento social e econômico. Todavia, esse breve período terminou definitivamente quando Jair Bolsonaro assumiu a Presidência da República em 2019.

O seu mandato apresentou diversas características nos campos econômico, político e social de cariz regressivo. Particularmente em relação aos ODS, as ações deletérias foram robustas, merecendo ser destacadas as seguintes: o crescente antagonismo com a ONU e a recusa em apresentar dados oficiais sobre as diferentes expressões da questão social. Ainda mais relevante foi o aprofundamento dos cortes orçamentários e eliminação de organismos responsáveis por políticas públicas intimamente associadas à consecução dos ODS, a exemplo da política educacional; da política de emprego e renda; da política de proteção ao trabalho infantil; da política de combate ao trabalho escravo; da política migratória e da política ambiental. Esse quadro confirmou diagnósticos de diferentes especialistas (Cernov, Pietricovsky e Beghin, 2021) quanto às dificuldades do Brasil em atingir os ODS mesmo antes do governo Bolsonaro. Contudo, a opacidade dos dados, o claro desdém em relação aos acordos internacionais e a retórica reacionária mais geral desse governo adicionaram elementos ainda mais nefastos a esses diagnósticos.

É tendo como pano de fundo esse cenário que profissionais e ativistas ligados a diferentes áreas das políticas públicas e sociais, inseridos em variadas organizações, têm se aglutinado em busca de soluções para esses problemas, obtendo graus diferenciados de sucesso.

Ao fazê-lo, criaram coalizões de defesa de direitos, a exemplo do “Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030”, também conhecido como “GT da Agenda 2030”. Este GT



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

constitui o foco central deste trabalho. Para analisá-lo, adotamos o Advocacy Coalition Framework (ACF) (Sabatier e Jenkins, xxxx), ainda que não todos os conceitos que o conformam. O ACF tem sido aplicado para a compreensão das ideias e dos comportamentos de atores políticos chaves em contextos nacionais distintos, inclusive no Brasil, e em diversos campos das políticas públicas (Okeke et al., 2021).

Ao modo de um trabalho historiográfico, fazemos aqui uma análise qualitativa de fontes primárias, como as publicações do site do GT da Agenda 2030, e utilizamos os métodos da História Oral para realizar nove entrevistas com integrantes de ONGs que dele fazem parte.

2 – O Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030

2.1 – A formação do GT Agenda 2030

Um dos melhores modos de lidar com uma variedade de atores que transitam informalmente em um dado ambiente político é agregá-los em coalizões de defesa, uma vez que tais coalizões podem exercer um impacto direto na formação de crenças e gerar mudanças nas políticas públicas. (SABATIER e WEIBLE, 2007). Entretanto, para que isso ocorra, é imprescindível a constituição de redes mais formalizadas entre os atores relevantes. Dentro de uma lógica impulsionada pela competição, determinados grupos de atores lutam para desenhar aspectos das políticas a partir de seus sistemas de crenças antes que outros grupos – adversários ou não - consigam fazê-lo. De modo a alcançar este objetivo, estes atores buscam aliados, compartilham recursos e articulam-se em estratégias complementares para alcançar objetivos similares. Em suma, conformam alianças que, quando avançam para dinâmicas não triviais de coordenação, dão origem às coalizões de defesa.

Foi desta forma que se formou o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030).

Embora oficialmente estabelecido em meados de 2014, o GT começou a se constituir antes das discussões formais que antecederam a aprovação dos ODS. Uma destas discussões se deu na Conferência de Addis Ababa, que foi realizada na esteira das reflexões sobre os caminhos a serem tomados pelos países após o fracasso em se atingir os chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Desta forma, podemos afirmar que a criação do GT foi fruto de várias inquietações trazidas à baila por diversos atores (notadamente aqueles da sociedade civil organizada), relativas à necessidade de (re)construir um plano global para fazer frente às diferentes mazelas, injustiças e iniquidades que assolam a população mundial. Destaque-se também aqui o fato de que nos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

encontrávamos em uma ambiência política de severas críticas, por parte da sociedade civil, aos “Objetivos do Milênio”, notadamente o seu caráter *top down* e a inclusão apenas parcial dos países desenvolvidos nos compromissos que eles implicavam. Ademais, estava em curso um debate crucial envolvendo a seguinte questão: por quem e como seria financiada uma nova agenda de desenvolvimento?

Ainda sobre a criação do GT, podemos afirmar que ele foi decorrente de um esforço de junção e compartilhamento de expertises de vários dos seus membros sobre os temas que viriam a constituir os ODS, expertises estas moldadas ao longo de várias participações em fóruns da ONU, representando oficialmente o Brasil.

Foi nessa malha política e ideológica que emergiu e cresceu o GT aqui examinado.

2.2 – Os atores e as atividades do GT

Um exame do rol dos atores do GT – atualmente cerca de 50 - mostra tratar-se de um grupo heterogêneo no que diz respeito à origem regional (ainda que se verifique uma concentração de organizações do sul e sudeste do país); ao foco de atuação (cidades equitativas, racismo, HIV/Aids, saneamento, por exemplo.); ao tamanho e estrutura organizacional etc.

Cabe ressaltar que o ingresso no GT por parte de uma dada organização é precedido por um criterioso processo de debate no qual a organização pleiteante deve: a) comprometer-se formalmente com os princípios éticos do GT; b) ter seu nome previamente referendado por pelos menos duas entidades já participantes; e c) se comprometer a participar de um dado número de reuniões e atividades.

Tendo em vista que todas as organizações são escrutinizadas antes de ingressarem no GT e que não há diferença de *status* entre elas, era de se esperar algum grau de homogeneidade no que tange ao nível de participação e ao grau de influência nos rumos das atividades. Essa expectativa, tendo como base as entrevistas que realizamos, não se concretizou. Com efeito, o que se viu foi a existência de níveis e graus diferentes, sendo as organizações que assumiam o papel de cofacilitadoras das atividades do Grupo, junto com algumas outras, as mais influentes e participativas.

Ao que parece, ao longo de alguns anos, entre as organizações participantes se formou um núcleo composto por cerca de 25 daquelas mais atuantes.⁴ Isso parece estar associado à maior ou menor posse de recursos para interação; à participação em fóruns internacionais, inclusive naqueles de organismos multilaterais como a ONU; e ao interesse pessoal de cada

⁴ Atualmente, o GT é composto por 57 organizações.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

membro em participar das atividades. Esse cenário passou por alterações a partir de 2018. Naquele ano, o GT recebeu um financiamento da União Europeia, o qual permitiu um repasse de verbas para diversas organizações que o compõe. Isso profissionalizou o trabalho, retirando-o do lastro do voluntariado que impunha vários limites à sua atuação e estimulou um maior engajamento das organizações. Isso implicou na reafirmação de que todas as organizações estavam atuando em um “grupo de trabalho”, com tarefas a serem executadas, e não apenas em um “grupo de reflexão”.

Vale a pena também destacar neste tópico a discussão sobre a dimensão do GT. Foram encontradas divergências sobre esse aspecto. De um lado, consistente com o que aponta a literatura sobre coordenação de grandes grupos, o número de membros do GT foi visto por alguns entrevistados como muito grande, o que pode trazer problemas para a sua atuação ou, pelo menos, uma complexificação do seu gerenciamento. De fato, está registrada a ocorrência de conflitos e disputas dentro do GT, o que não é surpreendente. Tais conflitos, contudo, pertencem à etapa mais inicial da sua formação. Estavam relacionados à discussão sobre o impeachment da presidente Dilma Roussef e a efetividade dos programas de transferência de renda, notadamente o Programa Bolsa Família. Naquele momento, algumas organizações-membro queriam um tipo de crítica mais radical ao governo da ex-presidenta. Todavia, como lembrou um entrevistado, o trabalho do GT é baseado em evidências numéricas que não podem estar subordinado a vieses ideológicos advindos, por exemplo, de certas adesões partidárias.

Por outro lado, tendo em vista a questão da necessidade de variedade de expertise, o tamanho do Grupo é visto como adequado, sendo ele capaz até mesmo de absorver novos integrantes de modo a assegurar uma representação regional mais igualitária assim como a presença das chamadas populações tradicionais, a exemplo dos quilombolas e povos originários. Além disso, um maior número de participantes poderia representar, segundo alguns entrevistados, uma maior capilaridade de ações e cobrir áreas dos ODS que precisam de maior aporte em termos de conhecimento técnico-político específico.

Seja lá como for, os dados são convergentes no que diz respeito ao fato de que a quantidade de membros não é o ponto nevrálgico da constituição do GT. O que é visto como realmente relevante é existência/inexistência de um efetivo engajamento nas diversas ações que ele se propõe a realizar.

Uma das principais ações do GT é a elaboração anual do chamado Relatório Luz/Spotlight Report. Este relatório traz informações sobre o estágio de implementação dos ODS no país e faz

sugestões sobre como alcançar as suas metas. Publicado desde 2017, em português e inglês, é produzido por diferentes agentes envolvidos com o Grupo. Constitui uma importante ferramenta técnica, pois traz indicadores numéricos que expõem quão próximo ou distantes estamos de atingir as metas estabelecidas. Igualmente, é uma ferramenta política já que estimula o debate sobre os ODS entre diferentes atores do campo governamental e não governamental. Diferentes estudos sobre análise de políticas destacam que o processo de apresentação das demandas e realização de denúncias é passível de obter mais sucesso quando traduz requisições por justiça social em indicadores numéricos. Os Relatórios Luz/Spotlight Reports fazem isso, apontando em números os problemas existentes em diferentes áreas e apresentando sugestões sobre como suplantar esses mesmos problemas.

O GT já realizou também algumas campanhas que estão descritas no seu website. Uma característica das campanhas é a “tradução” de dados complexos em linguagem simples de modo a contribuir com a difusão do debate sobre os ODS. Entre elas, gostaríamos de destacar aquela que buscou comprometer candidatos a cargos eletivos no nível municipal com os preceitos da Agenda 2030. Parte de uma estratégia internacional, essa campanha foi seguida de outra que busca acompanhar os compromissos assumidos. O horizonte da campanha era a criação de diversos comitês estaduais e municipais que pudessem contribuir para alinhar as políticas públicas de estados e municípios com a Agenda 2030.

Também merecem destaque as atividades de *advocacy* junto ao parlamento brasileiro, seja através da Frente Parlamentar pela Defesa dos ODS, seja de forma direta junto a diferentes parlamentares. A maior incidência sobre o legislativo tem relação com a magnitude do fechamento dos canais de diálogo com o poder executivo desde o início do governo de Jair Bolsonaro. Outros atores, a exemplo de autoridades nacionais e subnacionais, também são atingidos por esse tipo de ação, o que é auxiliado pela capilaridade que o GT possui. Nesse processo, os diferentes ODS são difundidos e, algumas vezes, conquista-se mais apoio para a Agenda 2030.

Não se pode negar a existência de um tipo de *advocacy* mais “agressivo”, mais “performático”, como aquele desenvolvido pelo ACT UP - um grupo existente em alguns países ligado a questões do HIV/Aids. Não que a ideia de realização de ações mais agressivas não tenha circulado dentro do GT, mas essa não parece ser a sua “vocação institucional”. Soma-se a isso o temor que a radicalização das críticas e ações contra o governo federal possa afetar a relação com financiadores estrangeiros.

As ações junto às diferentes mídias jornalísticas existem, mas até pouco tempo estavam longe de estarem consolidadas. Grandes jornais de circulação nacional não têm dado a devida atenção ao tema do desenvolvimento sustentável. Contudo, observa-se um esforço do GT, com algum grau de sucesso, de aumentar a exposição do tema nesses jornais. Trata-se de um esforço coordenado que apoia-se na tentativa de obtenção de maior espaço nos estados onde as organizações que compõem o GT estão localizadas. Para alcançar esse aumento, a partir de 2018 foi contratada uma jornalista para cuidar especificamente dessa questão. Maior sucesso é relatado junto às mídias alternativas, como o Congresso em Foco, resultante de um planejamento estratégico de divulgação, por exemplo, das campanhas que o GT desenvolve.

A realização de webnários, aulas, seminários e similares também estão entre as ações desenvolvidas pelo GT no campo educacional. Além delas, o GT organizou um curso de educação à distância, que teve uma enorme procura. Tal curso tem ajudado indivíduos ligados a ONGs e ao poder executivo a aprenderem mais sobre a Agenda 2030 e a influenciarem na sua implementação. Esse mesmo curso deve ser replicado em breve, sendo dirigido em parte a parlamentares e seus assessores, dado o diagnóstico de que muitos deles ainda não possuem conhecimento qualificado sobre os ODS.

Vale destacar que as ações do GT podem ser medidas também pelas atividades que os seus membros foram incorporando ao seu cardápio de práticas ao longo do tempo. Por exemplo: organizações que tinham agendas muito específicas associaram a elas a questão do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, pode-se dizer que há um aproveitamento do capital cultural (Bourdieu, 2001) já em circulação no interior de cada organização.

São também realizadas articulações com outros grupos da sociedade civil engajados na implementação dos ODS, a exemplo da “Rede ODS Brasil” e da “Estratégia ODS”, buscando potencializar esforços, protestos e partilha de recursos. Todavia, alguns entrevistados salientaram que há também disputas entre eles, assim como formas de exclusão do GT das suas atividades, ainda que este, inversamente, seja visto como bastante inclusivo.

Era de se esperar, dada a sua importância no cenário nacional, a ocorrência de ações conjuntas do GT com o mundo empresarial. Isso não se confirmou. Ao contrário, os entrevistados relataram um distanciamento considerável em relação a tal mundo. Mesmo as fundações empresariais associadas com a chamada “responsabilidade social empresarial” têm sido vistas com desconfiança e tratadas à distância. Uma das entrevistadas destacou que não há um maior interesse nesse tipo de interlocução tendo em vista o caráter inegociável dos princípios do GT, os

quais muitas vezes entram em confronto com o discurso de setores ponderáveis do empresariado nacional. Mesmo assim, há vozes dentro do GT que propugnam por uma aproximação estratégica com o empresariado.

As atividades do GT são previamente planejadas e inseridas em um plano de ação (planejamento estratégico, de obtenção de recursos, de comunicação etc.) pactuado entre os membros, estruturado de acordo com as condições de participação deles e reavaliado, se necessário, em face a eventos atípicos. Ao mesmo tempo, algumas atividades podem ser reativas dadas as demandas colocadas pelas diferentes conjunturas.

2.3 -O sistema de crenças

Os atores participantes de uma coalizão de defesa de direitos mantêm fortes crenças e tentam traduzi-las no desenho das políticas. Trata-se, na verdade, não de crenças isoladas, mas de um sistema de crenças que se estrutura hierarquicamente em três camadas.

A terceira e mais externa camada é formada pelas crenças secundárias, que são mais limitadas em seu escopo e buscam solucionar problemas como o detalhamento de regras e a aplicação de recursos em um dado programa. Portanto, são mais fáceis de serem alteradas, porque exigem menos evidências e consensos entre os atores.

Na segunda camada, intermediária, estão as crenças essenciais sobre políticas públicas. Elas são bastante variadas e abarcam desde a prioridade dada aos valores relacionados às políticas, ao bem-estar de uns em detrimento do de outros e à autoridade relativa dos governos e dos mercados até a definição dos papéis apropriados dos cidadãos, dos políticos, dos servidores públicos e dos experts e da seriedade e das causas dos problemas que geram a necessidade das políticas. As crenças essenciais de política são bastante abrangentes, lidam com escolhas fundamentais e, portanto, são difíceis de serem modificadas.

Na terceira e mais ampla camada estão as crenças mais difíceis de serem alteradas, as quais referem-se a pressupostos gerais, normativos e ontológicos sobre a natureza humana; a preferências em termos de valores fundamentais, como liberdade e igualdade; a convicções acerca do papel apropriado a ser assumido pelos governos em oposição aos mercados; e ao lugar que diferentes atores devem ocupar nas decisões governamentais. Perguntados sobre as crenças mais relevantes desta camada, os entrevistados deram respostas diferentes, mas complementares. Uma das crenças mais importantes foi na equidade. Ela seria fundamental em um país marcado, de um lado, pela grande riqueza e, de outro, pela extrema desigualdade, pela insegurança alimentar, pelos empregos precários etc. Ao mesmo tempo, é salientada a

imprescindibilidade da democracia. Mas não aquela já implantada e sim uma que necessita de vários aperfeiçoamentos organizacionais e de procedimentos. Foi igualmente destacada a crença na mudança capaz de superar a desigualdade nacional e aquela existente entre países, “não deixando ninguém para trás”, o que implica levar em consideração as diferenças não somente econômicas, mas também aquelas associadas à raça, ao gênero, à orientação sexual etc.

A pergunta também foi respondida em termos de confronto entre conservadorismo e progressismo. Aqui, avalia-se haver diferenciações entre algumas organizações mais liberais e outras, a maioria, mais progressistas. No que pesem essas diferenças, não parece derivar daí conflitos. Os compromissos em torno da Agenda 2030 têm sido suficientemente fortes para impedir que essas variações se tornem um obstáculo ao diálogo e ao desenvolvimento do trabalho do GT.

Essas crenças foram se mantendo estáveis ao longo da existência do GT. Teoricamente, elas poderiam se alterar em função de fatores estruturais e conjunturais. Mas, isso não tem acontecido. Poderiam também passar por alterações em face a novas evidências empíricas trazidos à baila por estudos acadêmicos ou oriundos de organizações não-governamentais. Entretanto, tais estudos têm, na verdade, confirmado as crenças (e direcionado as ações) do GT. No campo da economia, por exemplo, os indicadores públicos macroeconômicos têm reafirmado o nosso padrão de desigualdade e a ineficácia das últimas grandes medidas governamentais, de cunho neoliberal, para a estabilização da dívida pública e retomada do crescimento. No máximo, alguns elementos do sistema de crenças têm passado por revisões para fins de clarificação, mas não de mudança.

2.4 – Os recursos

As coalizões geralmente acumulam diferentes tipos de recursos, a exemplo da ocupação de cargos com autoridade legal para tomar decisões políticas; do apoio junto à opinião pública; da capacidade de uso estratégico de informações sobre os problemas que uma dada política pretende resolver; do engajamento de grupos de militantes; da posse de recursos financeiros; da presença em seu interior de lideranças habilidosas (Sabatier and Weible, 2007).

O GT atende parcialmente a esses critérios. Inicialmente o seu funcionamento se deu dentro da tradição de voluntariado que marca muitas das iniciativas da sociedade civil brasileira.(Lopez, 2018) Posteriormente, foram obtidos recursos financeiros da União Europeia e, mais pontualmente e em menor escala, da Fundação alemã Friedrich-Ebert-Stiftung e da

campanha *Action for Sustainable Development*, os quais impulsionaram as atividades do Grupo e deram-lhes maior qualidade e visibilidade.

Os recursos humanos são, majoritariamente, aqueles já alocados dentro de cada organização-membro. Isso significa que as ações do GT são incorporadas ao rol de responsabilidades dos técnicos de tais organizações. Vale dizer, organizações com técnicos com amplo capital cultural e competência técnica reconhecida socialmente. Mesmo assim, persiste um grau significativo de trabalho voluntário não-remunerado, principalmente em momentos de maior atividade.

Como a ideia de recursos não se limita somente a aspectos financeiros ou de pessoal, também perguntamos aos entrevistados sobre a existência de capital político e social (Bourdieu, 2001) agregado ao GT. As respostas foram objetivamente positivas. Foi destacado o acesso a gestores e parlamentares, assim como a relativa facilidade de obtenção de assento, por parte de membros do GT, em instâncias decisórias governamentais quando existentes.

Para identificarmos alguns recursos amealhados e mobilizados pelo GT, olhemos, primeiramente, para as organizações facilitadoras, cuja posição de liderança na coalizão sugere uma maior dotação de habilidades. Não por acaso foi a ONG “Gestos” que conseguiu um financiamento junto à União Europeia para dar maior estabilidade financeira ao GT. Tal Organização apresenta uma capacidade de atuação multi-escalar, que vai desde o plano local, na cidade de Recife, onde está situada, passando pela esfera federal, já que ela é, por exemplo, uma das articuladoras da Frente Parlamentar, no Congresso Nacional, até chegar às conferências da ONU. A Gestos atua há mais de duas décadas no âmbito dessas conferências e foi o seu conhecimento crítico sobre os limites dos Objetivos do Milênio que a levou a se engajar com outras organizações na chamada agenda pós-2015. A Gestos foi, por exemplo, uma das poucas organizações brasileiras a enviar representantes aos dois grupos formados pela ONU, após a Conferência Rio + 20, para repensar a agenda do desenvolvimento em termos internacionais. A ONG brasileira participava tanto do *Open Working Group*, composto por diplomatas, cientistas, acadêmicos e organizações da sociedade civil e que visava definir quais seriam os novos objetivos do desenvolvimento; quanto do *Intergovernmental Experts Group on Sustainable Finance*, voltado a pensar novos mecanismos de financiamento para o desenvolvimento sustentável.

Ou seja, estamos falando de uma ONG dotada de quadros capazes de se comunicar com fluência em outras línguas e portadores de conhecimentos acerca de temáticas complexas, como



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

a reforma do sistema financeiro global. Importa ressaltar que a alta dotação de capital cultural – termo que o sociólogo francês Pierre Bourdieu cunhou para retratar o acúmulo contínuo de conhecimentos especializados que facilita o sucesso de um dado ator numa sociedade na qual o conhecimento técnico e científico se pretende o mais legítimo – não se restringe à Gestos. O INESC, por exemplo, outra ONG do GT, especializada em orçamento público, um campo de conhecimento bastante técnico, tem assumido um papel muito importante na elaboração de dados para o Relatório Luz/*Spotlight Report*, sobretudo em um contexto no qual o governo de Jair Bolsonaro não alimentava ou não dava transparência às bases de dados públicas, impondo obstáculos ao bom funcionamento dos mecanismos de responsabilização (*accountability*) de importantes agentes estatais.

Logo, um dos mecanismos que garante a reprodução do GT é a sua capacidade de articular organizações dotadas de capitais culturais distintos, intercambiáveis e complementares. Ademais, essas organizações são capazes de articular-se como comunidades epistêmicas (Haas, 1992), de modo a constituírem núcleos de produção de conhecimento voltados a cada um dos ODS. Para tanto, o diálogo do GT com o mundo acadêmico tem sido fundamental.

2.5 – Estratégias de coordenação

Desde a sua institucionalização, o GT tem buscado operar de forma a mais horizontal possível, assim eliminando processos decisórios hierarquizados. Nesse sentido, todas as reuniões são abertas aos membros e o processo decisório é feito, quase sempre através do consenso. Uma entrevistada-chave reportou não lembrar de decisões tomadas a partir do voto.

Destaca-se também o sistema de coleta de opiniões sobre atividades - como as campanhas - que são realizadas por profissionais especializados de fora do GT. Isso, por sua vez, tem potencializado o sentimento de pertencimento ao Grupo e a criação de uma ambiência de colaboração. O mesmo se dá com a socialização das pautas de discussão das reuniões, as quais são previamente submetidas à aprovação dos membros do GT.

A sua coordenação é feita por 3 ONGS, que atuam como cofacilitadoras, havendo alternância nesse papel entre os membros. Elas exercem um papel de orquestração das atividades e organizações, alinhando-as aos objetivos do GT.

Ademais, a ONG Artigo 19 também tem importante papel no que diz respeito à coordenação das atividades do GT, dado que tem se encarregado de organizar a formulação e a edição do Relatório Luz/*Spotlight Report*, que é o resultado mais objetivo das ações do GT.

Analisemos, então, como os seus mecanismos de coordenação têm funcionado quando da produção deste relatório.

No início de cada ano, a Artigo 19 articula e pensa uma metodologia de pesquisa, elaborando as métricas dos objetivos e metas e os instrumentos de coleta de dados. Em seguida, a metodologia é apresentada em reuniões do GT. Depois de recolher opiniões sobre a proposta inicial, se consolida a metodologia e se inicia a pesquisa. A produção do relatório, além de mobilizar fortemente as organizações do GT, também mobiliza um conjunto de atores para além daqueles que são seus membros formais. Esse número, em 2021, por exemplo, chegou a 106 organizações.

Como os ODS espraiam-se por um amplo conjunto de subsistemas de política, na produção do relatório, o GT delega a coordenação de cada objetivo a uma dada ONG que tenha quadros dotados de conhecimentos técnicos sobre o tema e seja capaz de criar uma rede, ao estilo de uma comunidade epistêmica, para a produção dos dados que comporão o relatório. A organização que fica encarregada de ser o ponto focal de um dado Objetivo, que corresponderá a um capítulo do relatório, é auxiliada por outras na coleta de dados e se responsabiliza pela agregação dos dados e formulação do capítulo. Neste contexto, a Artigo 19 encarrega-se ainda de cobrar o cumprimento dos prazos.

Parece-nos, então, que a coordenação para a produção do relatório envolve tanto a delegação de funções entre as organizações do GT, com claro destaque para aquelas que se tornam pontos focais dos capítulos, quanto a intensa articulação de recursos técnicos. Esse esforço coordenado de análise de políticas promove a troca e o acúmulo do que Bourdieu (2001) chamou de capitais cultural e social, isto é, o conhecimento especializado em uma dada área e um conjunto de relações que conformam redes que empoderam aqueles capazes de acessá-las. Contudo, tal coordenação envolve mais do que o acúmulo e a troca de recursos técnicos e sociais. Ela é impulsionada pelas crenças políticas compartilhadas que geram esforços muitas vezes não remunerados.

2.6 – Consolidação e Estabilidade do GT

Ao pensarmos no grau de consolidação e estabilidade do GT, duas hipóteses nos parecem adequadas.

A primeira é que, no período analisado, o GT esteve estável e consolidado. Até porque, no plano das crenças políticas, por exemplo, ele se manteve aderente à tradição de “participação cidadã” (conformada por organizações da sociedade civil no período de redemocratização do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

país), a qual favoreceu a formulação da Constituição de 1988. Participação cidadã esta que se caracteriza pela construção de mobilizações e sociabilidades em torno da criação de direitos e por ações estratégicas no campo das políticas públicas, construindo propostas e atuando para implementá-las. O GT é fruto desta tradição e, portanto, mantém crenças estáveis em torno de um projeto social-democrata, de viés participativo

Mesmo diante do desmonte da política externa brasileira e do crescente isolamento do país que marcou o governo bolsonarista o GT frequentou os principais fóruns internacionais, adotando uma postura independente, que visa divulgar o real estágio das metas e objetivos do desenvolvimento sustentável no Brasil. Neste sentido, o GT tem demonstrado uma capacidade de resiliência significativa, mas é inegável que considerável parte da sua agenda tem assumido um caráter reativo na busca de mitigar os contínuos desmontes de políticas públicas essenciais que teve início no governo de Michel Temer. Tais desmontes comprometem, certamente, a capacidade de mobilização do GT. Principalmente porque o país tem estado em uma crise econômica e política, com sérias consequências sociais, o que impede que o debate sobre os ODS avance para o nível do planejamento estratégico, como ocorre em outros países – vide o caso do debate sobre o Green New Deal nos EUA – e, o pior, desloca o debate para o plano “do que fazer quando a tempestade passar”.

É neste ponto que reside a nossa segunda hipótese: apesar das significativas conquistas do GT, sua consolidação e estabilidade se dá em um contexto de enorme escassez e de grande quantidade de incertezas que comprometem sua capacidade de coordenação e de acúmulo de recursos para pensar e propor projetos mais ousados. Neste sentido, está claro que, apesar de estável, o GT tem suas capacidades limitadas pelo contexto em que está inserido.

3 – Considerações Finais

Ao longo da sua trajetória, o GT passou por diferentes etapas de consolidação, encarou distintas conjunturas políticas e, principalmente, desenvolveu uma série de ações de *advocacy*, de divulgação dos ODS, de denúncias, de produção de relatórios etc. Em função disso, a autorrepresentação dos seus membros é a de que ele constitui hoje o principal protagonista da sociedade civil na defesa dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Tal posição é reconhecida nacional e internacionalmente, algo verificável pela busca da imprensa e outros atores aos seus dados e posicionamentos tanto sobre temas associados à Agenda 2030 como a questões outras de maior abrangência brasileira e estrangeira.

É sublinhada também, como marca da sua importância, o fato de não ser alinhado a qualquer partido e, portanto, deter independência para a produção de críticas dirigidas a quaisquer setores do espectro político. Igualmente, é salientado o seu papel de difusor de informação de alta qualidade para congêneres do Brasil e de outros países. Por fim, a posição proeminente do GT é vista também como a resultante das qualidades dos seus membros e do papel relevante que eles ocupam nos seus diferentes campos de atuação.

Todo esse protagonismo do GT (assim como o de outros grupos da sociedade civil) e o conjunto de ações de defesa da Agenda 2030 não são vistos pelos entrevistados como capazes de efetivamente conduzir à materialização dos ODS. Primeiro porque eles já são essencialmente difíceis de alcançar – trata-se de uma utopia a ser perseguida - dada a complexidade de fatores que os envolvem, a robustez de investimentos que requerem e a necessária telúrica vontade política de se alcançá-los. Em segundo lugar, porque nos marcos da administração federal sob o comando de Michel Temer e Jair Bolsonaro não se vislumbrava esforços significativos de se chegar em 2030 com, pelo menos, parte dos objetivos e metas da Agenda aqui discutida atingidos. Não que não haja condições institucionais para tanto, pois, como lembra um entrevistado o “Brasil é muito equipado para fazer a transição do financiamento para o desenvolvimento sustentável.” Isto porque conta com agências de desenvolvimento que têm exercido um papel importante quando devidamente provocadas.

Ao que parece, trata-se do receio de que mesmo sendo superada a herança bolsonarista, os modos de fazer política e a concepção de desenvolvimento sustentável continuem as mesmas. Igualmente, vislumbra-se que os discursos protofascistas que começaram a emergir em anos recentes estão cada vez mais fincados na sociedade brasileira. Neles, com sua defesa da homofobia, do racismo, da xenofobia, da misoginia etc., linhas de ação como as da Agenda 2030 não encontram solo fértil para florescer.

No que pese o tom de desesperança, no conjunto, os discursos analisados, estão cientes de que o processo de discussão da Agenda 2030, na forma feita pelo GT, tem o condão de fortalecer a sociedade civil e ela, ao seu turno, é capaz, de forma organizada, de impulsionar mudanças substanciais na ordem social brasileira. Não por acaso um dos entrevistados realçou que o tom do momento é o de “resistência” ao desmonte ativo de políticas públicas de forma que ele não se acentue e possa, no futuro próximo, abrir caminho para uma sociedade mais igualitária.

4 - Referências



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BAUER, M. KNILL, C. Understanding Policy Dismantling: An Analytical Framework. In: BAUER et al. Dismantling Public Policy. Preferences, Strategies And Effects. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
CERNOV, A., PIETRICOVSKY, I. and BEGHIN, N. When dismantling democracy becomes a government priority. Available on: <https://www.socialwatch.org/sites/default/files/2019-BRAZIL-Report-eng.pdf>. Accessed in: 11-10-2021.

HAAS, P.M. Introduction: Epistemic communities and international policy coordination. International Organization, v.46, n.1, p. 1-35, 1992.

LOPEZ, F.G. (org.) Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil. Brasília: Ipea, 2018.

SABATIER, P. A. e WEIBLE, C. M. The Advocacy Coalition Framework: Innovations and Clarifications. In: Sabatier, P.A. (Ed.). (2007). Theories of the Policy Process (1st ed.). Routledge.

OKEKE, C. et al. "Exploring mechanisms that explain how coalition groups are formed and how they work to sustain political priority for maternal and child health in Nigeria using the advocacy coalition framework." Health Research Policy and Systems, vol. 19, no. 1, 1 Mar. 2021.